

# Comissão Arinos debate no Rio 'presidencialismo congressual'

Os integrantes do Rio na Comissão de Estudos Constitucionais começaram a debater ontem, durante reunião de quatro horas no 19º andar do Banco Central, a proposta de um presidencialismo congressual como forma de regime de Governo. O empresário Sérgio Quintela, a jurista Rosah Russomano e o Professor José Alberto Assunção rejeitaram-na, mas a sugestão voltará a ser discutida na reunião de segunda-feira próxima pela Seccional-RJ antes de ser levada à apreciação da Comissão que se reúne no Rio, a nível nacional, em 4 de dezembro.

Coube ao Professor Cândido Mendes, Relator da Comissão que estuda 'O Regime de Poderes', defender a sugestão que também tem as assinaturas de Rafael de Almeida Magalhães, Alberto Venâncio Filho e Clóvis Ferro Costa. Para que a futura Constituição adote o presidencialismo congressual em discussão, será necessário, segundo Cândido Mendes, ampla modificação do regime dos partidos políticos, de modo a definir 'denominadores funcionais e estáveis para as coalizões, eliminando o minifracionalismo, e as alterações de legenda partidária'.

Segundo a proposta de Cândido Mendes, a consolidação do regime de poderes no País se exprimiria pelos princípios de eleição direta do Presidente da República; condução última dos objetivos do pacto constitucional, desde a defesa do País e a

suspensão das garantias individuais, às diretrizes do desenvolvimento, através da Presidência do Conselho de Estado.

Ao Presidente da República caberia indicar o Primeiro Ministro e o exercício da Chefia das Forças Armadas. Pela proposta defendida por Cândido Mendes, ficaria assegurada à Chefia do Gabinete a iniciativa das políticas de Governo e da legislação ordinária. O presidencialismo congressual garantiria, ainda, a máxima flexibilidade na propositura das 'moções de censura' do Governo e de dissolução do Congresso, 'temperando-se a hipótese clássica de queda da totalidade do Gabinete e da propensão à convocação imediata de novas eleições parlamentares'.

Em caso de queda da totalidade do Gabinete, seriam tomadas as seguintes medidas pela Nova República: redução da oposição do Congresso a Ministros isolados, sem afetar a totalidade do Governo; a possibilidade de dissolução do Congresso, submetida à dupla instância de assentimento: do Primeiro Ministro e do Presidente. E mais: definição de prazos rígidos de carência — intervalos, por exemplo, de um ano — para renovar-se a 'moção de censura', quando rejeitada; vinculação da iniciativa de dissolução à manifestação expressa de, pelo menos, um terço dos votos do Congresso.

No caso de o Congresso recusar a investidura do Primeiro Ministro, o

processo brasileiro seria submetido à ordenação, de competência do Presidente da República, até a aprovação do novo Chefe de Governo.

A adoção de um regime de Governo em que prevaleçam apenas as vantagens do parlamentarismo e do presidencialismo; a predominância dos direitos fundamentais do cidadão sobre os do Estado e a organização da sociedade antes do Estado são três das tendências da Comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo jurista Afonso Arinos, segundo revelou ontem ao GLOBO Evaristo de Moraes Filho, um dos seus 50 integrantes.

A Comissão tem prazo até 10 de julho de 86 para entregar ao Presidente José Sarney os resultados de seu trabalho. Desde que foi criada, há três meses, ela já se reuniu seis vezes, mas só a partir da próxima plenária, no Rio, no dia 4, é que produzirá os primeiros resultados, já que serão criados grupos específicos de trabalho.

Evaristo de Moraes Filho corrigiu a informação, publicada ontem pelo GLOBO, de que teria deixado a Comissão. Ele explicou que abandonou apenas a coordenação da seção fluminense, por entender que o simples fato de o jurista Afonso Arinos morar no Rio torna dispensável sua contribuição como coordenador.

— Depois — acrescentou — estou sem tempo para dedicar-me diariamente a este trabalho, como exige o cargo.

## Presidente quer Ministros na promulgação da emenda

BRASILIA — A emenda de convocação da Constituinte será promulgada amanhã em sessão solene do Congresso, com a presença de Ministros e representantes do Poder Judiciário. O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, informou que na quinta-feira à tarde os integrantes das Mesas da Câmara e do Senado levarão ao Presidente José Sarney os autógrafos da promulgação. Ulysses explicou que, pela im-

portância histórica do ato, ele e o Presidente do Senado, José Fragelli, decidiram associá-lo ao Executivo, levando-o ao Presidente.

A pedido de Sarney, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, José Hugo, enviou ontem telegrama a todos os Ministros, solicitando o comparecimento na solenidade.

"O senhor Presidente da República manifesta empenho em que todos

os senhores Ministros de Estado compareçam à histórica solenidade de promulgação da emenda constitucional que formaliza a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, marco fundamental em nosso processo político, que representa o resgate de um dos mais expressivos compromissos assumidos, perante o povo, pela Aliança Democrática", afirma o Ministro, no telegrama.